



180 ANOS DO SENADO BRASILEIRO

UM ROTEIRO PELA HISTÓRIA DO
SENADO NO BRASIL E NO MUNDO

Mesa Diretora

- Presidente: Renan Calheiros (PMDB-AL)**
- 1° Vice-Presidente: Tião Viana (PT-AC)**
- 2° Vice-Presidente: Álvaro Dias (PSDB-PR)**
- 1° Secretário: Efraim Morais (PFL-PB)**
- 2° Secretário: Gerson Camata (PMDB-ES)**
- 3° Secretário: César Borges (PFL-BA)**
- 4° Secretário: Magno Malta (PR-ES)**

Redação e edição: Beatriz Mendonça e Jefferson Dalmoro
Produção gráfica: Alessandra Maia

Diretor da Rádio Senado: Ivan Godoy
Secretário de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor-Geral: Agaciel da Silva Maia



O **CD 1**
O Senado no mundo:
da origem em Roma aos dias atuais

Programa 1

O Senado na Monarquia Romana: o surgimento da instituição

Há milhares de anos, tribos e clãs já possuíam órgãos consultivos formados pelos cidadãos mais antigos ou mais respeitados de suas sociedades. Essas organizações podem ser consideradas o embrião do que hoje chamamos de Senado: uma Casa formada por cidadãos mais experientes.

A formação ganha corpo em Roma. Há mais de 2.800 anos uma assembleia de ex-reis romanos reúne-se pela primeira vez com o nome de Senado, ou casa dos mais respeitados cidadãos. Assim começa a história da Instituição, que virou milenar em Roma e perpetua-se até hoje em diversos países.

Na sua primeira fase, o Senado viveu o período da Monarquia Romana. Foram 250 anos nos quais sete reis se revezaram no poder. O papel do Senado era importante. Cabia aos senadores escolher o novo Rei, quando o ocupante do cargo falecia. A escolha era semelhante à que ocorre hoje no Vaticano, quando morre o Papa. Como não havia família real, enquanto a escolha não saía, os senadores se revezavam por cinco dias no comando da Monarquia.

A fase da Monarquia dura até cerca do ano 509 AC, quando uma revolução derruba o rei Tarquínio, o Soberbo. Começa aí o período republicano de Roma.

Programa 2

O Senado na República Romana - a fase áurea

A queda da Monarquia Romana tem várias interpretações apresentadas pelos historiadores atuais. As versões vão desde uma revolução lenta até um golpe apoiado na Revolução Patrícia, que tirou do poder o rei Tarquínio, o Soberbo, por volta do ano 509 AC.

A partir daí, instala-se a República, que vai durar até o ano de 27 AC, quando o imperador Augusto chega ao poder. O período assiste a um desenvolvimento intenso de Roma, que passa de uma simples cidade-estado a um poderoso e vasto império. Tudo isso à custa de muitas guerras que marcaram praticamente todos os dias da República.

É nesse período que o Senado vive sua fase de ouro, passando a exercer uma grande influência, capaz de definir o futuro dos cônsules que comandavam a República e das guerras em que Roma estava envolvida; além do poder sobre as leis e a aplicação dos recursos.

Mas, mesmo com todo esse poder, o Senado não tinha a prerrogativa de se autoconvocar. As reuniões só aconteciam quando o magistrado ocupante do cargo de cônsul, pretor ou ditador decidia pela convocação. A sessão era então presidida pelo magistrado que a convocou e não havia um lugar fixo para a sua realização. No entanto, a maior parte dos encontros acontecia num local chamado de Curia Hostilia.

O declínio do Senado coincide com o declínio da República. E no período do Império a Instituição passa a ter um papel mais figurativo e honorífico.

Programa 3

O Senado no Império Romano - o declínio da instituição

A República Romana cai em uma guerra social. O conflito opôs dois caudilhos militares: Sila e Mário. Era também uma crise contra o poder do Senado. Vencedor do conflito, Sila entra em Roma por volta de 80 a.C. e não encontra resistência política alguma, tornando-se detentor do poder ditatorial. O período de Sila foi dos mais brutais da história romana com mais de quatro mil execuções, entre elas de senadores e ex-cônsules de origem plebéia. Sila, então, devolve o poder ao Senado, que dá início ao período dos Triunviratos. Daí origina-se o Império Romano, com imperadores se sucedendo até a queda de Roma, passando pela divisão do Império em duas partes: a do Oriente, com sede em Constantinopla, e a do Ocidente, com sede em Roma.

Durante o Império, o Senado mantém parte de seu prestígio e, por um período, a característica de reunir os representantes das famílias mais influentes de Roma. Mas o poder da instituição é diminuído, principalmente por causa da ampliação desenfreada do número de senadores. Em um determinado momento do Império, são mais de mil senadores vindos das mais diversas partes do imenso Estado Romano. Isso retira do Senado uma de suas características primordiais: a de ser uma Casa de romanos influentes.

Programa 4

O Senado na Itália moderna

De Roma para o Mundo. Baseado no exemplo romano, o Senado torna-se uma instituição presente em muitas das principais nações do mundo moderno. O descendente direto do Senado romano, ao menos no quesito geográfico, é o Senado da Itália. A instituição foi criada no tempo da monarquia italiana, em 1848, antes mesmo da unificação do país. Mas da forma como é hoje, o Senado da Itália surgiu apenas com a instauração da República, após a Segunda Guerra Mundial.

Logo após o plebiscito que decidiu pela implantação da República, em 1946, teve início um debate na Itália sobre como seria o Legislativo no país: se bicameral, com Senado e Câmara, ou unicameral, com apenas uma Casa.

A decisão, tomada pela Assembléia Constituinte, foi pelo bicameralismo. A justificativa foi de que, com duas Casas, o poder ficaria dividido, em vez de concentrado em apenas uma Câmara. Além disso, as decisões tomadas pelo Parlamento seriam mais bem pensadas.

A Constituição da Itália manteve no Senado a figura dos senadores vitalícios, que trabalham em conjunto com os eleitos pela população. E existe um limite de idade não só para se candidatar ao Senado - 40 anos -, mas também para participar da eleição dos senadores. Somente a partir dos 25 anos os italianos podem votar nas eleições para o Senado.

Programa 5

O Senado na Inglaterra e na França

O Senado tem um de seus mais tradicionais modelos na Inglaterra - a Casa dos Lordes, cujo embrião surgiu no século VII com um órgão chamado de Witanagemot, ou assembléia de homens sábios. Como nos primórdios do Senado romano, esses homens sábios se reuniam para auxiliar o rei. Com o tempo, a instituição evoluiu para um dos mais influentes organismos da sociedade inglesa, que é a atual Casa dos Lordes. Até o século XIX, os Lordes tinham um poder muito grande sobre as decisões do império inglês. Mas, com o tempo e a evolução das idéias de representação igual dos cidadãos, a Casa dos Lordes foi perdendo para a Câmara dos Comuns, ou dos representantes do povo. Hoje, sem o caráter hereditário, a Casa dos Lordes mantém-se vitalícia, mas com os poderes reduzidos.

Outro país importante da Europa que tem o Parlamento dividido em duas Casas é a França. Antes da Constituição Termidoriana, o Parlamento francês era dividido entre a Assembléia dos Notáveis, formada por nobres e clérigos indicados pelo rei, e pelos Estados Gerais, formado por representantes eleitos pelos camponeses. Mas esta segunda câmara só se reunia quando era convocada pelo rei, o que raramente ocorria. Somente em 1795, com a Constituição Termidoriana, a França passa a ser bicameral de fato, com duas Casas funcionando ao mesmo tempo: o Conselho dos Anciãos e o Conselho dos Quinhentos, que formam a Assembléia francesa.

Programa 6

O Senado dos Estados Unidos

Do Velho para o Novo Mundo. A tradição do Senado atravessou o Atlântico para se estabelecer nos Estados Unidos e criar ali uma das instituições políticas mais sólidas e influentes do mundo moderno. O Senado norte-americano nasceu da necessidade de estabelecer um equilíbrio na nação que recém-surgira no final do século XVIII. O desequilíbrio se dava pelo tamanho de cada uma das ex-colônias britânicas que se uniram para formar o novo país. Com apenas uma câmara, eleita conforme a população de cada um dos estados, os maiores sempre levariam vantagem sobre os menores. A solução foi a adoção de uma segunda Casa, o Senado, que teria o mesmo número de representantes por estado, independente do tamanho de cada um.

Hoje, são cem senadores representando os 50 estados que integram os Estados Unidos da América do Norte. Eles são eleitos para mandatos de seis anos. A renovação é feita na base de um terço do Senado a cada dois anos. Somente em 1912 é que os senadores norte-americanos passaram a ser eleitos diretamente. Antes, desde 1788, eram as assembleias estaduais que escolhiam os representantes do Senado. Até hoje, no entanto, o presidente do Senado continua sendo o vice-presidente da República, que tem a missão de votar apenas em caso de empate.

Programa 7

O Senado na Argentina e no Chile

Criado em 1854, o Congresso Nacional da Argentina, dividido entre Senado e Câmara, funcionou na cidade de Paraná. Ali o Congresso ficou até 1861, quando os federalistas, que brigavam por mais autonomia para as províncias, venceram a Batalha de Pavón derrotando os centralistas, que queriam mais poder para a capital Buenos Aires. Naquele ano, o Congresso Nacional foi transferido para Buenos Aires, já sob o comando dos federalistas. Nos mais de 150 anos de história, o Senado argentino foi fechado em três oportunidades. Enfrentou regimes militares e passou por períodos democráticos.

Já o Chile inaugura o seu Senado em 1812. Essa primeira assembléia era formada por sete representantes. Assim ficou até 1814, quando recebeu o nome de Senado Consultivo e foi integrado por sete patriotas defensores da independência do país. Dessa forma, uma série de mudanças marcou a história do Senado chileno até chegarmos ao século XXI. Hoje, o Chile tem 38 senadores eleitos pelas Regiões Administrativas do país e mais nove senadores nomeados, sendo dois pelo presidente da República, quatro ex-comandantes das Forças Armadas e três indicados pela Corte Suprema de Justiça. Os ex-presidentes da República são senadores vitalícios.

Programa 8

O Senado no México e no Uruguai. E a tentativa de reabrir o Senado no Peru

É do período pré-hispânico a primeira instituição no México com as feições do que conhecemos hoje como Senado - a Confederação dos Povos Anahuác, onde o governo era representativo e formado por um grupo de senhores que se reuniam em uma assembléia chamada Tlatocanechicolli. Havia, ainda, na Confederação dos povos Tlaxcaltecas, o Conselho dos Tecuhiatos que, segundo os historiadores, eram "senadores" com grande poder de influência sobre os destinos da Confederação.

A discussão sobre a necessidade de um Senado no México data da independência do país do domínio espanhol. Foi a Constituição de 1824 que estabeleceu o bicameralismo no país, com Câmara e Senado. Hoje, há três senadores por estado, mais 32 eleitos de maneira proporcional por listas nacionais.

O Senado peruano foi fechado em 1992 pelo presidente Alberto Fujimori, mas um movimento de políticos pretende modificar a Constituição e reabrir a Câmara Alta, para dar mais legitimidade às decisões do Legislativo e garantir que essas decisões passem por um processo de discussão mais profundo.

Os uruguaios, por sua vez, têm o Senado funcionando desde 1830, data da primeira Constituição do país, que conquistou sua independência do Brasil. O Senado uruguaio é presidido pelo vice-presidente da República, a exemplo dos Estados Unidos e da Argentina.

La. 1552 de Maio de 1828.

Declaram extinta a escravidão no Brasil



PRINCEZA IMPERIAL, Rainha
e Senhor D. PEDRO II, Imperador
do Brasil, e da Bahia de Todos os Santos, e das Índias Orientais do Brasil.



Sua Magestade o Imperador
do Brasil, e do IMPERIO que se estabelece
no Brasil.

Artigo 1º. É declarada extinta desde a data desta Lei a escravidão no Brasil.
Artigo 2º. Não vigorará nenhuma disposição em contrário.

CD 2

O Senado no Brasil Imperial

Manda portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e executem, não permitindo que em nenhuma parte ella se contorne.
O Secretario de Estado dos Negocios d' Agricultura, Commercio e Obras Publicas e, Interior dos Negocios Estrangeiros, Richard. Helicio, Encarregado da Secretaria do Conselho de Sua Magestade o Imperador, e fizesse imprimir, publicar e correr.

Orde no Palacio de Rio de Janeiro, em 15 de Maio de 1828.
Independencia e do Imperio.

Programa 9

A Opção pelo bicameralismo

A divisão do Parlamento em duas Casas surgiu na Idade Média como forma de separar as classes sociais e dar alguma representação aos mais pobres. Normalmente, como acontecia na França, com a Assembléia dos Notáveis e os Estados Gerais, e na Inglaterra, com a Casa dos Lordes e a Câmara dos Comuns, a Câmara Alta era composta por nobres e clérigos indicados pelo próprio rei, enquanto a câmara baixa representava os artesãos, os camponeses e a burguesia.

Ainda nos primórdios do bicameralismo nota-se uma divisão das câmaras como forma de o monarca ter um controle maior sobre as decisões do Parlamento. Assim, a Câmara dos Lordes, na Inglaterra, e o Conselho dos Anciãos, na França, tinham os representantes indicados pelo rei, que escolhia aristocratas que partilhassem das suas idéias.

Uma nova noção de bicameralismo surge com a independência dos Estados Unidos. Os fundadores da nação optam por duas câmaras, não para separar classes sociais, mas para garantir o equilíbrio entre os estados.

A promoção do equilíbrio de forças entre os estados também é um dos objetivos do bicameralismo no Brasil. Por isso, cada estado tem o mesmo número de representantes no Senado. Além disso, o sistema bicameral permite que as propostas de lei aprovadas em uma das casas sejam revisadas pela outra, evitando a aprovação de leis mal discutidas.

Programa 10

Os primórdios do Senado no Brasil e a primeira sessão em 1826

O Senado brasileiro foi criado em 1824, com a Constituição outorgada por Dom Pedro I. Pelo texto, o senador tinha de ter o mínimo de 40 anos, ser brasileiro nato e ter rendimento anual de pelo menos 800 mil réis. Os senadores eram nomeados pelo imperador a partir de listas tríplices e permaneciam no cargo pelo resto da vida. O primeiro Senado era integrado por 50 representantes das províncias, cujo número de senadores era proporcional à população.

A sessão imperial, primeira sessão ordinária do Senado, ocorreu no dia 6 de maio de 1826. Em discurso na sessão, Dom Pedro lamentou o fechamento, por ele próprio em 1823, da Assembléia Nacional Constituinte, mas ressaltou que a Constituição garantia a harmonia entre os poderes e permitia o funcionamento do Senado e da Câmara dos Deputados.

Dois dias depois, houve a eleição da Mesa Diretora do Senado. Os senadores elegeram o Visconde de Santo Amaro como o primeiro presidente da Casa e o Marquês de São João da Palma como vice-presidente. Elegeram, ainda, quatro secretários.

Mas a característica de casa nomeada e vitalícia cercou o Senado Imperial de desconfiança por parte da população. Apesar disso, a Instituição exerceu um papel importante no primeiro reinado, que durou até a abdicação de Dom Pedro I, em 1831. A Câmara Alta brasileira foi responsável pelo equilíbrio do jogo político, representando um contrapeso entre o poder imperial e as vontades populares expressadas pela Câmara dos Deputados.

Programa 11

Os Senadores regentes de 1831 a 1840

O período regencia! foi uma fase de grande influência do Senado nas decisões políticas, uma vez que a maioria das regências era composta por senadores ou futuros senadores. A regência começa com a abdicação de Dom Pedro I, em 1831, em favor do filho Pedro de Alcântara, que tinha apenas 5 anos.

A Assembléia Geral, formada pela Câmara e pelo Senado, escolhe três regentes, dois deles senadores, para governar o País até a Regência Trina Permanente ser eleita. Nesta, o grande poder político passou a ser exercido pelo padre Antônio Feijó, ministro da Justiça. Por influência dele, foi outorgado o Ato Adicional que criou a Regência Una, para a qual ele próprio seria eleito no ano seguinte. Feijó toma posse em meio a uma série de revoltas separatistas, entre elas a Farroupilha (RS) e a Cabanagem (PA). Ele não consegue conter as revoltas e acaba renunciando em setembro de 1837. Assume a princípio interinamente e, depois, na condição de eleito, o senador Pedro de Araújo Lima, que tenta eliminar a anarquia e a desordem no País. Apesar dos esforços, uma nova revolta eclode em 1838, desta vez no Maranhão: a Balaiada.

As agitações sociais são um dos motivos que levam à antecipação da maioridade de Dom Pedro II em 1840, quando o futuro imperador tinha 14 anos. Termina assim o período regencial, fase em que o Senado adquiriu mais independência e maior influência no processo político.

Programa 12

A vitaliciedade no Senado imperial

A figura dos senadores vitalícios está presente na história dos parlamentos desde a Roma antiga. O modelo romano foi seguido pela Grã-Bretanha, onde os lordes continuam vitalícios, e pela Itália, que mantém o cargo para ex-presidentes e indicados pelo presidente da República.

No Brasil, a vitaliciedade nasceu junto com o Senado na Constituição de 1824 e vigorou apenas durante o Império. O objetivo era fazer do Senado um órgão de maior experiência e que garantisse a estabilidade institucional em tempo de crise política. Outra vantagem era que vitaliciedade mantinha na Casa senadores de tendências liberais, enquanto algumas eleições manipuladas para a Câmara elegiam apenas deputados conservadores. E por não dependerem do crivo popular, os senadores seriam mais isentos, alegava o senador Marquês de Caravelas.

Mas, a partir de 1831, a vitaliciedade começa a ser questionada até mesmo dentro do Senado, onde o Marquês de Barbacena defendia mandato de 12 anos para senador.

A contestação da vitaliciedade do Senado está também na obra "O Velho Senado", de Machado de Assis. Ele fala de senadores em idade avançada, como o Marquês de Itanhaém, que "mal se podia apear do carro e subir as escadas". Por outro lado, o escritor e jornalista reconhece que "a vitaliciedade dava àquela casa uma consciência de duração perpétua".

Programa 13

A presença de senadores nos ministérios

O Senado do Império foi assunto de vários textos de dois escritores brasileiros: Machado de Assis e Viriato Correia. O Velho Senado, de Machado de Assis, traz descrições minuciosas dos senadores e do cotidiano da Casa durante os anos 60 do século XIX. Sobre as reuniões do Senado, Machado de Assis afirmava: "(...) nenhum tumulto nas sessões. A atenção era grande e constante. Geralmente, as galerias não eram mui freqüentadas, e, para o fim da hora, poucos espectadores ficavam, alguns dormiam".

O maranhense Viriato Correia destacou-se, ao longo dos seus 83 anos de vida, por seus textos sobre a história do Brasil. O Senado, como instituição importante na vida do País, não ficou de fora. Os textos de Viriato foram levados ao ar pela Rádio Nacional nos anos 50 do século XX no programa Histórias de Chinelos. Os programas misturavam fatos engraçados e curiosos sobre o País e os senadores.

De 1840 a 1889 os senadores tiveram uma participação importante na direção dos destinos do País. Saiu do Senado a maior parte dos presidentes do Conselho de Ministros do Império. E de 1847 até a Proclamação da República todos os presidentes eram ou viriam a ser senadores, demonstrando o prestígio da Casa junto ao Imperador.

Programa 14

O Senado e a Guerra do Paraguai

A segunda metade da década de 60 do século XIX ficou marcada na história da América do Sul como o período da maior guerra já acontecida no continente: a Guerra do Paraguai, que opôs, de um lado, o Paraguai, e do outro a Tríplice Aliança formada por brasileiros, argentinos e uruguaios. O Senado, como local das discussões da política externa do Império e responsável por fixar os orçamentos do Exército e da Marinha, além de fonte de ministros e presidentes do Conselho para o Imperador, discutiu profundamente a questão. Coube ao senador e presidente do Conselho, Marquês de Olinda, dar o tom da importância do conflito para o governo: "A guerra é a questão do dia. Debelar esta guerra, guerra provocada contra todos os direitos, divinos e humanos, inaugurada com a espoliação, o roubo e o assassinato (...) é o grande programa do governo."

Embora houvesse uma união tácita entre liberais e conservadores sobre a necessidade de apoiar o governo brasileiro e acabar a guerra, os senadores das duas correntes divergiam sobre vários pontos referentes ao conflito. As discussões no Plenário da Casa, retratadas nos Anais do Senado do Império, mostram que havia discordância em questões como recursos, pensões para os ex-militares e seus parentes e, sobretudo, sobre a duração da guerra.

Programa 15

O Senado e a Abolição

Tão logo o Brasil torna-se independente começam a brotar no meio político as primeiras iniciativas para a libertação dos escravos no território brasileiro. A primeira delas, que não chega a ser apresentada em razão da dissolução da Constituinte por Dom Pedro I em 1823, partiu do deputado José Bonifácio de Andrada, que ia propor o fim progressivo da escravatura.

A partir daí o Legislativo torna-se palco de uma série de discussões e aprovações de leis que restringem a escravidão. Mas é o ano de 1886 que marca o início de debates mais acirrados no Senado. Em julho, diante do ministro da Justiça, Ribeiro da Luz, o senador Souza Dantas sobe à tribuna para denunciar a morte de cinco escravos na província da Paraíba do Sul, atual Paraíba. O senador lembra que o Brasil chegava ao final do século XIX como a única nação do mundo cristão a ter escravos e pede o fim imediato da escravidão no País.

Em 1887, muitos projetos abolindo a escravidão são apresentados na Assembléia Geral, Dois deles, sendo um de Souza Aguiar, pedem a extinção do trabalho escravo no ano de 1889. O terceiro, do senador Floriano de Godoy, propõe a abolição imediata da escravidão.

No dia 8 de maio de 1888, o Poder Executivo envia ao Congresso o projeto de lei que torna os negros livres no Brasil. A proposta é aprovada rapidamente pela Câmara e pelo Senado. No dia 13 daquele mês, depois de mais de 350 anos de escravidão, a princesa Isabel assina a Lei Áurea.



CC

CD 3

O Senado durante a República Velha
e a Era Vargas

Programa 16

O Senado e a Proclamação da República

A Guerra do Paraguai e a abolição da escravatura foram cruciais no desgaste e posterior queda da monarquia. A abolição afastou do Imperador a elite rural, que se sentiu prejudicada por não receber indenizações. E a Guerra do Paraguai gerou uma grande insatisfação no Exército, que se sentia desvalorizado. Dois outros fatores contribuíram para o fim da monarquia: a falta de um sucessor para Dom Pedro II e a crise nas relações entre Igreja e governo, por causa da decisão de dois bispos de punir maçons ligados ao Império.

Os republicanos, que ganhavam cada vez mais aliados em todo o País, aproveitam o desgaste da monarquia para editar o Manifesto Republicano, que pregava, entre outras idéias, a transformação do País de Estado unitário para Estado federal.

A tentativa de reversão do quadro pró-república foi tímida dentro do governo. Em meio a uma crise política, o gabinete ministerial presidido pelo senador Barão de Cotegipe cai em maio de 1889. Chama atenção no episódio a dificuldade de Dom Pedro II em formar um novo gabinete. Três senadores convidados recusam ou desistem da tarefa, que cabe a um quarto senador, o Visconde de Ouro Preto. Ele seria o último presidente do Conselho de Ministros do Império, já que no dia 15 de novembro, o Marechal Deodoro da Fonseca proclama a República no Brasil. Com isso, o Senado sofre uma alteração profunda em sua estrutura. As mudanças viriam a ser consolidadas pela Constituição de 1891.

Programa 17

O Senado e a Constituição de 1891

Instalada a República em 15 de novembro de 1889, a Assembléia Geral é dissolvida e com ela o Senado vitalício do Império. No ano seguinte, Deodoro da Fonseca convoca a Assembléia Constituinte, que elabora a primeira e mais duradoura Constituição republicana, a de 1891.

A necessidade de maior autonomia das províncias foi contemplada no artigo 2º, que previa a transformação das províncias em estados. Outra decisão da Constituinte foi a de desvincular a Igreja do Estado e de acabar com o Poder Moderador. Foram adotados três poderes: Executivo, Judiciário e Legislativo, com Câmara dos Deputados e Senado que, reunidos, formariam o Congresso Nacional. Os senadores passariam a ser eleitos pelo voto direto e seus mandatos deixariam de ser vitalícios e passariam a ser de nove anos. Cada estado teria direito a três representantes na Casa, o que fazia parte do espírito federalista, defendido pelo senador Ruy Barbosa, que se destacou nos trabalhos constituintes.

A Carta de 1891 definiu em quatro anos o mandato do presidente da República, que seria eleito pelo voto direto e sem a possibilidade de reeleição. Mas só os homens alfabetizados e maiores de 21 anos poderiam ir às urnas. As mulheres e os analfabetos ficaram de fora.

A última função do Congresso Constituinte foi a de eleger Deodoro da Fonseca presidente da República e Floriano Peixoto, vice.

Programa 18

O papel do Senado na República Velha

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, tem início a Primeira República, ou República Velha. O período é marcado pelo desenvolvimento da industrialização, pelo poder das oligarquias locais e pela alternância entre Minas Gerais e São Paulo na indicação dos presidentes da República, a chamada política do café-com-leite.

O Senado funciona plenamente nesse período, que se estende até a Revolução de 1930; com exceção de um curto período em que Deodoro da Fonseca fecha o Congresso. A atitude gera reação de deputados, senadores e militares e acaba levando à renúncia do presidente em novembro de 1891. Floriano Peixoto assume a presidência e reabre o Congresso no mesmo dia.

No Senado, responsável pelo equilíbrio político da recém-criada federação, destacam-se o gaúcho Pinheiro Machado e o baiano Ruy Barbosa. Machado é um dos responsáveis pela consolidação do federalismo e da República. Já o senador Ruy Barbosa marca sua atuação pela defesa da paz e da justiça dentro e fora do País. Ele foi o principal artífice da Constituição de 1891. E propôs anistia irrestrita aos marinheiros que participaram da Revolta da Chibata em 1910, projeto que rendeu longos debates no Senado e que acabou aprovado. Por sua atuação na Conferência de Paz realizada em Haia, na Holanda, ficou conhecido como "Águia de Haia".

Programa 19

O Senado e a Revolução de 1930

A década de 20 foi marcada por vários protestos de militares, entre eles o Tenentismo, de 1922. A maior insatisfação era com a república oligárquica, em que os estados de Minas Gerais e São Paulo alternavam-se no poder. O clima de insurreições e contestações presente no País alia-se à desavença entre as elites políticas dos dois estados. A situação fica insustentável quando o presidente paulista Washington Luís rompe o acordo com os mineiros e indica outro paulista como candidato à sucessão - Júlio Prestes. Os mineiros, então, se aliam ao Rio Grande do Sul e lançam Getúlio Vargas para a presidência da República pela chamada Aliança Liberal.

Júlio Prestes é o vencedor das eleições de 1930, mas o pleito fica sob suspeita. No Senado, o gaúcho Flores da Cunha lê um manifesto de Getúlio Vargas que contestava o resultado das eleições. Mas o estopim da Revolução de 1930 é o assassinato do presidente do estado da Paraíba, João Pessoa, candidato a vice-presidente na chapa de Getúlio. O fato ocorreu em 26 de julho de 1930 e culminou no movimento militar iniciado, em 3 de outubro, no Rio Grande do Sul, e coordenado no Nordeste por Juarez Távora.

No dia 5 de outubro, Washington Luís decreta estado de sítio, mas a medida não tem o efeito esperado e o presidente é deposto no dia 24 de outubro. Getúlio Vargas assume o poder e a Revolução de 1930 termina vitoriosa, acabando com o domínio absoluto das oligarquias.

Programa 20

O Senado e a Constituição de 1934

Pouco depois de tomar posse na presidência da República, Getúlio Vargas já se vê pressionado a realizar uma assembléia constituinte. As pressões aumentam principalmente em São Paulo, onde a Revolução Constitucionalista estoura em julho de 1932. Mas apesar da adesão dos paulistas ao exército revolucionário, outros estados não apoiam o levante. A resistência dura até outubro de 1932, quando há a rendição completa. Apesar disso, a revolução tem seu lado vitorioso; a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, em maio 1933.

Apesar das críticas aos trabalhos da Constituinte, a Constituição acaba promulgada no dia 16 de julho de 1934. No dia seguinte, Getúlio é eleito presidente da República pelos constituintes.

O Brasil volta a viver sob uma democracia, conforme previa a Constituição. Lá estava escrito que o presidente da República seria eleito pelo voto direto, teria mandato de quatro anos e não teria o direito á reeleição. A nova carta mantinha o sistema bicameral, mas dava ao Senado uma função de coordenador, uma característica de poder moderador. Pela Constituição de 1934, dois senadores seriam eleitos por estado para um mandato de oito anos.

Promulgada a Constituição, a Assembléia Constituinte é dissolvida e um novo Congresso Nacional é eleito. Mas a ordem constitucional estabelecida pela Carta de 1934 dura apenas três anos e eai com o golpe do Estado Novo em 1937.

Programa 21

O Senado, o Estado Novo e a transição democrática

1934 foi o ano das primeiras eleições para o novo Congresso Nacional estabelecido pela Constituição promulgada naquele ano. O Senado e a Câmara dos Deputados voltariam a ter suas funções legislativas a partir de 1935, mas por pouco tempo. A Intentona Comunista, ainda em 1935, alertou o governo brasileiro e deflagrou as ações que iriam culminar no golpe do Estado Novo dois anos mais tarde.

No dia 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional amanhece cercado pela polícia. Naquele mesmo dia, com base na premissa de que o regime democrático não mais servia para manter a ordem, Getúlio Vargas revoga a Constituição de 1934 e outorga uma nova Constituição, apelidada de "Polaca", porque era baseada na Constituição polonesa e tornava o Brasil uma nação corporativista, como era a Itália de Mussolini. A Constituição de 1937 estabelece que o Poder Legislativo seria exercido pelo Parlamento Nacional com a colaboração do Conselho da Economia Nacional e do presidente da República. O Parlamento seria dividido em duas Casas: Câmara dos Deputados e Conselho Federal, órgão que substituiria o Senado. Mas nem mesmo Getúlio Vargas respeitou a Constituição. Os representantes do Parlamento chegaram a ser indicados, mas nunca tomaram posse e os edifícios do Congresso Nacional ficaram em silêncio durante os oito anos do Estado Novo.

Foram oito anos de repressão e de ausência de direitos individuais. O Brasil só voltaria a ter um regime constitucional e um novo pacto social pleno a partir de 1946.



CD 4

O Senado e a democracia
de 1946 a 1964

Programa 22

O Senado e a Constituição de 1946

O Estado Novo vê-se enfraquecido pelo cenário pós-Segunda Guerra Mundial. O apoio de Getúlio aos aliados, que lutaram sob a bandeira da democracia, não condizia com o perfil autoritário de seu governo. Descontentes, setores liberais criam a União Democrática Nacional (UDN). O novo partido, ao lado de ex-combatentes da Segunda Guerra, pressiona pela volta à democracia e acaba precipitando o fim do Estado Novo, com a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945.

Antes de sair do governo, porém, Getúlio articula o Partido Social Democrata (PSD), formado por interventores estaduais aliados ao presidente, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formado por representantes das classes trabalhadoras que o apoiavam. Vargas também legaliza o Partido Comunista Brasileiro (PCB). UDN, PSD, PTB e PCB são os principais personagens das eleições de 1945, em que Eurico Gaspar Dutra (PSD) é eleito presidente. O mesmo pleito elege os parlamentares que vão elaborar a Constituição de 1946, entre eles o comunista Luis Carlos Prestes e Getúlio Vargas, pelo PSD, partido com maior número de representantes na Constituinte.

Entre as muitas novidades trazidas pela Constituição de 1946, destaca-se a possibilidade de o Congresso convocar ministros, criar CPIs e cassar mandatos por quebra de decoro. Outra novidade é o aumento da representação estadual no Senado de dois para três senadores.

A Constituição foi promulgada no dia 18 de setembro de 1946.

Programa 23

O Senado no governo de Gaspar Dutra

A partir da deposição de Getúlio Vargas, em 1945, o Brasil entra em um período democrático que se estenderia até 1964. O primeiro presidente da República nessa etapa é o general Eurico Gaspar Dutra, eleito em 2 de dezembro de 1945, juntamente com os parlamentares que iriam elaborar a Constituição de 1946. Com o apoio do PSD, que conquista a maioria das vagas no Congresso, o governo Dutra goza de relativa tranquilidade.

Promulgada a nova Constituição, faz-se necessário promover novas eleições para completar a representação no Senado, que em vez de dois, passaria a ter três representantes por estado. O vencedor é novamente o PSD, que elege 13 senadores, entre eles Getúlio Vargas. Ele usa a tribuna para defender o Estado Novo que, segundo ele, havia sido um anteparo ao comunismo. E acusa o governo Dutra de implantar uma nova ditadura - a econômico-financeira.

Nas eleições de janeiro de 1947, o Partido Comunista Brasileiro obtém uma votação expressiva. Mas no mesmo ano o governo fecha o PCB após uma batalha judicial. Depois, o governo apresenta projeto prevendo a extinção dos mandatos dos ex-integrantes do partido. O senador Luís Carlos Prestes vai à tribuna e afirma que o projeto é inconstitucional, mas esse e outros protestos não impedem a aprovação da proposta naquele ano. Prestes perde o mandato.

O governo Dutra encerra-se em janeiro de 1951, com a posse de Getúlio Vargas.

Programa 24

O Senado no governo de Getúlio Vargas

Apesar da forte oposição da UDN, o então senador Getúlio Vargas volta à presidência da República em janeiro de 1951, depois de eleito pelo voto direto no ano anterior. No início do governo, Getúlio tenta agradar a liberais e nacionalistas, mas aos poucos adota um projeto que pende para a segunda opção. Assim é que, em 1952, o presidente propõe ao Congresso a criação da Petrobrás, estatal que teria o monopólio da extração, refino e distribuição do petróleo. O assunto vira tema de debates diários no Congresso. O senador Assis Chateaubriand (PSD-PB), dono dos Diários Associados, critica a medida e afirma que o nacionalismo era um erro em tempos de cooperação econômica no pós-guerra. Já o senador Alberto Pasqualini (PTB-RS) defende a criação da Petrobrás e diz que o monopólio não era uma posição contra os investimentos privados, estrangeiros ou nacionais, mas era uma postura de defesa do interesse nacional em uma área vital para o País. O projeto é aprovado e sancionado em 1953.

No ano seguinte, o presidente apresenta projeto de lei criando a Eletrobrás e nomeia para o Ministério do Trabalho o jovem deputado João Goulart (PTB-RS), cujas posições em defesa dos trabalhadores alarmam a classe média, os industriais e os militares conservadores. A crise aumenta com as constantes críticas ao governo feitas pelo jornalista Carlos Lacerda, dono do jornal Tribuna da Imprensa. Um atentado a Lacerda e o clima de tensão e de suspeita gerado pelo episódio acabam levando ao suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954.

Programa 25

O Senado no governo Juscelino Kubitschek

Entre os anos de 1954 e 1955, quatro homens passaram pela presidência da República. Getúlio Vargas, que se suicidou dia 24 de agosto. O vice de Getúlio, Café Filho, que ficou pouco mais de um ano no cargo e que foi substituído por Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados. E, logo depois, Nereu Ramos, vice-presidente do Senado, a quem coube entregar a presidência a Juscelino Kubitschek, eleito em outubro de 1955. A posse de JK, no entanto, correu o risco de não se concretizar, pois Carlos Lacerda tentou mais uma vez desafiar o resultado das urnas e propor a tomada do poder pelas Forças Armadas.

Mas apesar dos esforços de Carlos Lacerda, Juscelino assumiu a presidência no dia 31 de janeiro de 1956. O programa de governo de JK constituía o famoso Programa de metas, que abrangia a educação, o planejamento urbano e regional e a valorização do trabalhador, além de diversos setores da economia, como energia, transportes e indústria. Às 30 metas básicas acrescentava-se a construção de Brasília, denominada "meta-síntese".

A maioria das metas foi cumprida e até ultrapassada em relação aos objetivos propostos, o que significa que o programa de Juscelino foi um sucesso. Mas os críticos acusam JK de ter descontrolado a dívida externa brasileira.

Também merece destaque no governo de Juscelino a criação da Sudene em 1959, iniciativa que atendia aos apelos da bancada nordestina no Congresso.

Programa 26

O Senado e a construção de Brasília

Antes da independência do Brasil, os inconfindentes mineiros já falavam na necessidade de levará capital para o interior do País. Mais tarde, na Constituinte de 1823, o deputado José Bonifácio também pregou a interiorização da capital, porque via a necessidade de fortalecer o comércio exterior e povoar as regiões mais distantes do litoral.

Ao longo do século XIX a idéia recebe novas adesões, entre elas a do senador Holanda Cavalcanti (PE). Ele apresenta projeto, que propõe a construção da nova capital na região central do Brasil, entre os rios São Francisco, Maranhão e Tocantins.

Finalmente, em 1891, a primeira Constituição republicana reserva 14.400 Km² no Planalto Central para a construção da nova capital. A área viria a ser delimitada em 1955, pelo presidente Café Filho.

Mas a criação da nova capital ainda era um tema tratado com descrença e preconceito quando o presidente Juscelino Kubitschek tomou posse em 31 de janeiro de 1956, com a promessa de construir Brasília. Parlamentares da UDN eram opositores ferrenhos da iniciativa, mas, mesmo assim, não conseguiram impedir que o Congresso Nacional, no dia 19 de setembro de 1956, aprovasse a lei que fixava os limites do futuro Distrito Federal.

Em 21 de abril de 1960, finalmente chegou o dia em que JK cumpriria a meta-síntese de seu governo - a inauguração de Brasília.

Programa 27

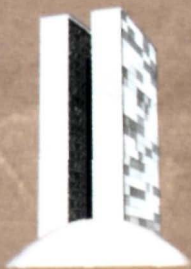
O Senado, o governo de Jânio Quadros e a posse de João Goulart

Com a meta-síntese cumprida, ou seja, com Brasília inaugurada e já servindo de sede para os poderes políticos do Brasil, Juscelino Kubitschek deixa o governo em janeiro de 1961, depois de cumprir o mandato de cinco anos. Ele é substituído no Palácio do Planalto pelo presidente eleito Jânio Quadros, do PDC, que também tinha o apoio da UDN.

Mas o governo Jânio durará pouco mais de cinco meses. Nesse tempo, o presidente vai atrair sobre si as dúvidas dos setores mais conservadores da sociedade. A política externa adotada pelo novo presidente e uma condecoração ao revolucionário argentino Che Guevara provocam reações que vão levar à renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961.

A renúncia provoca uma das maiores crises já vividas pelo País. Embora aparentemente lógica, a posse do vice-presidente João Goulart no cargo de presidente da República não é simples, pois sofre oposição dos ministros militares. Em uma carta, eles falam da suposta simpatia do vice-presidente com os comunistas, idéia reforçada pelo fato de Jango estar em viagem comercial à China e à União Soviética no momento da renúncia de Jânio.

Mas uma campanha pela legalidade, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, garante a posse de João Goulart, no dia 7 de setembro de 1961. Antes de assumir o cargo, porém, Jango vê seus poderes de presidente da República serem diminuídos pela emenda constitucional que transforma o Brasil em uma república parlamentarista.



CD 5

**O Senado durante o Regime
Militar e o papel da
Instituição na abertura política**

Programa 28

O Senado e o Governo João Goulart

A renúncia de Jânio Quadros em 24 de agosto de 1961 levou à presidência da República o trabalhista João Goulart. Jango contou com apoio popular, político e militar, graças à aprovação, pelo Congresso Nacional, da emenda que estabeleceu o parlamentarismo no País. Mas a simpatia de João Goulart pelos regimes soviético e chinês e as idéias de Reformas de Base do presidente, acabariam por levar o País a uma ruptura institucional em 1964.

Um dos fatores que contribuíram para esse desfecho foi a reinstalação do presidencialismo no País, regime que daria mais poderes a João Goulart. A decisão foi tomada em plebiscito no dia 6 de janeiro de 1963, depois de intensa campanha do governo pela volta ao presidencialismo.

Meses depois, estourou a Revolta dos Sargentos, que agravou o clima de tensão no País. Contribuíram para aumentar a crise o aumento da inflação, os protestos de estudantes que queriam as Reformas de Base, e o afastamento do PSD do governo, que já não tinha o apoio integral do PTB e que sofria forte oposição da UDN.

O estopim do Golpe Militar de 1964 foi o comício de João Goulart e Leonel Brizola na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março. Na ocasião, os dois anunciavam as Reformas de Base, um plebiscito que convocaria uma nova Constituinte, a desapropriação de terras para reforma agrária e a nacionalização das refinarias de petróleo

Programa 29

O Senado e os Atos Institucionais 1 e 2

Apoiados por civis, sobretudo ligados à UDN e setores mais conservadores do PSD, os militares depuseram o presidente João Goulart no dia 1º de abril de 1964. Ocupou o posto, por apenas duas semanas, o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli.

Em 9 de abril, antes mesmo de assumir a presidência da República, os militares editaram o primeiro ato institucional, previsto para vigorar apenas até 31 de janeiro de 1966. Nessa data deveria tomar posse um novo presidente, que seria eleito em 3 de outubro de 1965. Mas não foi isso que aconteceu.

No dia 11 de abril de 1964, o Parlamento elegeu, indiretamente, o marechal Humberto Castelo Branco, que assumiu o cargo perante o Congresso Nacional em 15 de abril. O presidente da Instituição, senador Auro de Moura Andrade, disse confiar na habilidade do novo presidente em conduzir o País de volta à democracia. A previsão de Moura Andrade, porém, não se realizou. O primeiro ato institucional abriu caminho para a cassação dos mandatos e dos direitos políticos de personalidades como Leonel Brizola, João Goulart e Juscelino Kubitschek, à época senador por Goiás. E em outubro do ano seguinte, o governo baixou o segundo ato institucional, que acabou com as eleições diretas para presidente da República e praticamente impôs o bipartidarismo no País. Era o golpe dentro do golpe e representava a vitória da linha dura, liderada pelo marechal Costa e Silva, sobre a ala mais liberal, à qual o presidente Castelo Branco era ligado.

Programa 30

O Senado e a Constituição de 1967

Depois de fechar o Congresso Nacional por um mês, o presidente Castelo Branco assina o AI-4. O novo ato institucional estabelece que deputados e senadores teriam o prazo de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967 para discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição que seria enviado pelo Executivo aos parlamentares. Apesar dos protestos da oposição, o texto viria a ser aprovado praticamente sem mudanças pelo Congresso Nacional.

O senador Josaphat Marinho (MDB-BA) criticou o aumento das atribuições do Poder Executivo no projeto de Constituição. Na mesma sessão, o senador Daniel Krieger (Arena-RS) fez a defesa do fortalecimento do Poder Executivo no texto constitucional. Para ele, mais poderes para o presidente era uma questão de segurança nacional no tempo da Guerra Fria, pois o comunismo era considerado pelo Regime Militar como uma ameaça à democracia.

A Constituição de 1967 garantia as liberdades individuais, não admitia a tortura e assegurava a inviolabilidade do lar e a manifestação de pensamento político e filosófico. Mas o texto legal permitia uma situação de exceção: o estado de sítio, que não dependia do Congresso Nacional para entrar em vigor e que permitia medidas coercitivas, como busca e apreensão em domicílio e censura à imprensa e de correspondência. Era uma porta aberta ao autoritarismo, nas palavras de Josaphat Marinho.

Programa 31

O Senado, o AI-5 e os "Anos de Chumbo"

Dois dias antes de encerrar o mandato, o presidente Castelo Branco instituiu a Lei de Segurança Nacional, que viria a ser mais um instrumento de repressão política. A lei regulamentava o artigo 86 da Constituição de 1967, segundo o qual todas as pessoas eram responsáveis pela segurança do País. Ainda nas discussões do projeto constitucional, em dezembro de 1966, o senador Josaphat Marinho (MDB-BA) criticava a subjetividade do capítulo que tratava da segurança nacional. O senador desafiava os parlamentares a inserirem na Constituição uma definição clara do conceito. De outro modo, o texto ficaria aberto à interpretação do presidente da República, que poderia cortar direitos e garantias individuais dos cidadãos, usando como pretexto a necessidade de manter a segurança nacional.

Cumpriu-se a profecia. Com a Lei de Segurança Nacional a ditadura passou a ter um instrumento legal para justificar todas as medidas de repressão à abertura democrática no Brasil. Juntou-se a essa lei, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5, baixado pelo novo presidente da República, Arthur da Costa e Silva. O ato levou à cassação de diversos políticos, entre eles o senador e ex-presidente Juscelino Kubitschek. No mesmo dia da decretação do AI-5, Costa e Silva fechou o Congresso Nacional por prazo indeterminado, em nome da "preservação da ordem e dos ideais democráticos da revolução". E com o Congresso fechado, em 1969, os militares outorgaram a emenda que incorporou à Constituição vários dispositivos do AI-5.

Programa 32

O papel do Senado na redemocratização - o avanço da oposição e o clamor por uma abertura política

Em 1969, o Brasil vivia um dos períodos mais sombrios desde o Golpe de 1964. Um ato dos militares manteve o Congresso fechado até outubro, quando os parlamentares foram convocados ao trabalho e elegeram presidente o general Garrastazu Médici.

O governo Médici foi um período de crescimento econômico de 11% ao ano, mas também de agravamento da repressão. São dessa fase o aumento da censura aos meios de comunicação, as denúncias de tortura, a guerrilha do Araguaia, o seqüestro do embaixador americano Charles Elbrick e a pena de banimento, que expulsou do País os libertados em troca do embaixador.

O governo Médici termina com a posse de outro general na presidência, Ernesto Geisel, em 15 de março de 1974, ano que ficará marcado como o grande momento da oposição durante o Regime Militar. Nas eleições, em novembro, o MDB consegue uma vitória esmagadora no pleito para o Senado. Das 22 cadeiras em disputa, o partido fica com 16. São eleitos nomes como Paulo Brossard (RS), Roberto Saturnino (RJ), Itamar Franco (MG), e Marcos Freire (PE).

No contra-ataque, os militares apresentam a Lei Falcão, de 1976, que restringe a propagação eleitoral, e editam o Pacote de Abril, de 1977, que cria a figura do senador biônico.

Programa 33

O papel do Senado na redemocratização - a Anistia a Campanha das Diretas

O Brasil chega ao final da década de 70 em meio a uma intensa movimentação em favor da abertura política. Depois de enfrentar o fechamento por 15 dias em março de 1977, o Congresso Nacional vai aprovar duas medidas que levarão à abertura política e democrática do País: a revogação do AI- 5, em 1978; e a Lei da Anistia, em 1979.

A emenda que revogou o AI-5 restabeleceu o direito ao *habeas corpus*, limitou o poder do estado de sítio e acabou com a pena de morte, com a prisão perpétua e com a pena de banimento. Além disso, a emenda reenquadrou a Presidência da República nos limites da Constituição.

Já a Lei da Anistia incluiu os agentes do governo que torturaram presos políticos, mas deixou de fora os terroristas. Por causa disso, o senador Paulo Brossard, líder da oposição, chamou a proposta de mesquinha e caolha e disse que continuaria a luta pela ampliação da anistia. Já o senador Jarbas Passarinho, da Arena, afirmava que a anistia não era restritiva, pois atingia 2.200 pessoas entre 2.260 que poderiam receber o benefício.

A redemocratização trilharia o seu caminho, ainda, com a campanha das diretas em 1983 e 1984. Embora a Emenda Dante de Oliveira tenha sido derrotada, a campanha aumentou a pressão pela volta da democracia no Brasil, o que resultaria na eleição de Tancredo Neves em 1985.

Programa 34

O Senado, a eleição de Tancredo e a posse de José Sarney

A Campanha das Diretas, se não garantiu a eleição do presidente da República em 1985 pelo voto direto, conseguiu acelerar o processo de abertura política do Brasil. Aquela campanha revelou um racha dentro do partido governista, o PDS, e levou um grupo de pedessistas a formar a Frente Liberal. Liderados pelos senadores Marco Maciel e Jorge Bornhausen, pelo ex-governador da Bahia Antônio Carlos Magalhães e pelo então vice-presidente da República, Aureliano Chaves, os ex-pedessistas se aliaram ao PMDB e conseguiram eleger Tancredo Neves presidente da República na eleição no Colégio Eleitoral realizada no dia 15 de janeiro de 1985. Assim, um civil, representante de um partido de oposição, assumiria a presidência depois de 21 anos de ditadura militar.

Uma euforia tomou conta do Brasil, mas o entusiasmo duraria pouco tempo. A saúde do presidente eleito estava debilitada. Uma obstrução intestinal começou a se manifestar com febre alta e dores na região abdominal. Tancredo procurou tratar o problema em sigilo para não prejudicar o processo político. Até que, na véspera da posse, no dia 14 de março, o presidente teve de ser internado para fazer uma cirurgia. Com Tancredo doente, coube ao vice-presidente eleito, José Sarney, tomar posse na presidência da República. No mês seguinte, em 21 de abril, Tancredo veio a falecer e Sarney assumiu definitivamente o cargo, com a tarefa de liderar a retomada da democracia.



CD 6

O Brasil e o Senado depois
da abertura democrática

Programa 35

O Senado, o governo Sarney e a eleição de Fernando Collor

A morte de Tancredo Neves deixou o Brasil em dúvida sobre o futuro do recém iniciado processo democrático. A incerteza em relação ao que aconteceria tomou conta de todos, mas a solução encontrada mostrou-se a mais acertada para a democracia brasileira.

José Sarney, o vice que virou presidente da República, conduziu o país com um governo de conciliação e atravessou os cinco anos de mandato sem ameaças de volta ao autoritarismo. Sarney manteve a promessa de Tancredo Neves de promover uma nova Constituição e convocou a Assembléia Nacional Constituinte, que seria eleita em 1986. O presidente também acabou de vez com a censura à imprensa, ampliou o pluripartidarismo e legalizou plenamente o sindicalismo e as grandes centrais sindicais. Além disso, Sarney garantiu a eleição direta de seu sucessor, Fernando Collor de Mello, fato que selou a volta da democracia.

Mas o governo Sarney também foi marcado pelo fantasma da inflação. O presidente tentou contê-lo com a edição de planos econômicos. Ao anunciar o primeiro deles, o Plano Cruzado, Sarney conclamou os brasileiros e as brasileiras a fiscalizarem o comércio para garantir que os preços não seriam remarcados. Mas mesmo com a ajuda dos "fiscais do Sarney", o plano não teve sucesso duradouro no combate à inflação. Nem, tampouco, os planos que o sucederam.

Programa 36

O Senado e a Constituição de 1988

O governo de José Sarney não teve o sucesso esperado no campo econômico. Os planos para conter a inflação não deram certo e o País permaneceu afundado no drama da inflação e nas dificuldades econômicas. Mas no campo político o governo Sarney representou a transição do Regime Militar para a democracia, depois de 21 anos do Golpe de 1964. Ex-presidente do PDS, partido de apoio aos governos militares, Sarney conseguiu dar ao País uma transição tranqüila e sem ameaça de retorno à ditadura. Uma das etapas importantes da transição foi a Constituinte que elaborou a Carta de 1988, a primeira feita por um Congresso eleito pelo povo desde 1946, quando o Brasil saiu do Estado Novo. Pela nova Constituição, as eleições presidenciais seriam diretas e em dois turnos, assim como a escolha de governadores e prefeitos de cidades com mais de 200 mil eleitores. Outra inovação foi a substituição do Decreto-Lei pela Medida Provisória.

Entre as conquistas dos trabalhadores, o texto de 88 reduziu a jornada de trabalho para 44 horas semanais, criou a licença-paternidade de cinco dias e ampliou a licença-maternidade de 90 para 120 dias.

Mas o trabalho para que o Brasil tivesse uma nova Constituição não foi fácil. Interesses conflitantes e pressões dos mais diversos setores da sociedade fizeram com que o texto acabasse excessivamente detalhista. Por outro lado, a chamada Constituição Cidadã deu ênfase à proteção do cidadão, com a garantia dos direitos individuais.

Programa 37

O Senado e o governo de Fernando Collor de Mello

Com a promulgação da Constituição em 5 de outubro de 1988 o Brasil deu mais um passo rumo à democratização. O texto constitucional previa eleições diretas para presidente da República. A primeira delas seria em 15 de novembro de 1989, 29 anos após a eleição de Jânio Quadros, a última em que os brasileiros puderam escolher seu presidente pelo voto direto. Venceu em 1989 o "Caçador de Marajás", o alagoano Fernando Collor de Mello, do inexpressivo PRN, que prometia acabar com os altos salários no funcionalismo público.

Mas apesar de a campanha e a posse terem entusiasmado o povo brasileiro, o que se veria na seqüência era uma série de frustrações. A primeira veio duas semanas após a posse: o confisco de poupanças e contas correntes e a imposição de um limite para os saques em bancos. Apesar das medidas amargas, o Plano Collor conquistou o apoio da maioria do Congresso e da população, uma vez que houve redução imediata da inflação. Esse efeito positivo, no entanto, duraria pouco. Os preços voltaram a subir, a economia começou a encolher e surgiram denúncias de corrupção envolvendo o governo.

A desconfiança em relação a Collor atingiu o ápice em fevereiro de 1992, quando o irmão do presidente, em entrevista à revista *Veja*, acusou PC Farias, tesoureiro da campanha de Collor, de montar um esquema de corrupção com a conivência do próprio presidente. As acusações foram confirmadas por uma CPI do Congresso, o que acabaria levando o Senado a aprovar o *impeachment* de Fernando Collor.

Programa 38

O Senado e governo de Itamar Franco

Com a renúncia de Fernando Collor de Mello, após a abertura do processo de *impeachment*, o novo presidente da República seria Itamar Franco, ex-senador por Minas Gerais, que havia sido eleito vice-presidente na chapa de Collor em 1989. Itamar assumiu definitivamente a presidência em dezembro de 1992, logo que Collor renunciou ao mandato. As duas prioridades eleitas pelo novo presidente eram a melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento da democracia no País.

Em seu período à frente do governo, Itamar implantou mais uma tentativa de eliminar a inflação no Brasil; o Plano Real, único que obteve êxito a longo prazo na estabilização dos preços e da moeda.

Ainda no governo de Itamar Franco, o Brasil foi às urnas para decidir se queria um governo republicano ou monárquico, presidencialista ou parlamentarista. Foi também durante o governo Itamar que o País passou, em 1993, pela revisão da Constituição de 1988. Nos 237 dias de revisão constitucional os parlamentares analisaram 74 propostas de emenda, das quais apenas seis foram aprovadas. Entre elas, a emenda que reduziu o mandato presidencial de cinco para quatro anos e a proposta que acabou com a possibilidade de o parlamentar renunciar para escapar de uma eventual cassação. A renúncia continua sendo um direito unilateral do parlamentar, mas o processo de cassação tramita normalmente depois que o político renuncia.

Programa 39

O Senado e o governo de Fernando Henrique Cardoso

O Plano Real, implantado em julho de 1994 pelo governo Itamar Franco, teve efeitos econômicos e políticos: conseguiu conter a inflação e alavancou a campanha à presidência da República do ministro e senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).

Em outubro de 2004, Fernando Henrique foi eleito em primeiro turno, com 54,3% dos votos válidos. No discurso de despedida do Senado, ele anunciou que, como presidente, iria imprimir um ritmo mais acelerado ao processo de privatização de empresas estatais iniciado por Fernando Collor.

Além de promover as privatizações, o governo trabalhou pela aprovação da polêmica emenda que permitiria a reeleição de governadores, prefeitos e do próprio presidente da República. Mas tanto as privatizações quanto a votação da Emenda da Reeleição foram alvo de denúncias de corrupção. Eram freqüentes as acusações de que o governo estava comprando votos para garantir a aprovação da proposta. Mesmo assim, o Congresso aprovou a reeleição e, em razão do sucesso do Plano Real, Fernando Henrique conseguiu reeleger-se em 1998, novamente em primeiro turno, para um segundo mandato como presidente da República.

Programa 40

O Senado e o governo Lula

Depois de obter o segundo lugar na preferência do eleitorado em três eleições, Luis Inácio Lula da Silva é eleito presidente da República em 2002.

Logo no início do mandato, em abril de 2003, o governo apresenta ao Congresso uma proposta de reformar a Previdência, que prevê a tributação dos aposentados e um teto para a remuneração dos servidores. Na sessão do Senado em que o texto básico da reforma é aprovado, o líder do governo Aloizio Mercadante (PT-SP) explica que o discurso do PT quando oposição, teve que mudar quando o partido assumiu o governo, por causa das limitações impostas pelas finanças públicas.

Para aprovar a Reforma da Previdência e outras propostas de interesse do Palácio do Planalto, o governo precisou fazer uma composição de forças políticas.

Começou, então, a negociação com partidos médios e pequenos, que acabaria levando a um dos grandes dramas do governo Lula: a crise do mensalão. Três CPLs - Bingos, Mensalão e Correios foram criadas para investigar as denúncias de corrupção. E as relações entre Legislativo e Executivo pioraram por causa do número excessivo de Medidas Provisórias editadas pelo governo. Mas nada disso impediu a reeleição de Lula para um segundo mandato presidencial a partir de 2007.

Programa 41

O Senado e o Mercosul

O Brasil iniciou o processo de integração econômica com os outros países da América do Sul no governo de José Sarney. O primeiro passo foi em direção à Argentina, que assim como o Brasil, havia saído, no final dos anos 80, de uma ditadura militar. Os dois países iniciaram as conversas que resultariam no Tratado de Assunção, assinado entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai e que formou o Mercosul.

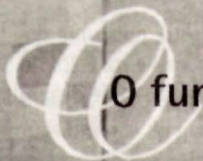
No ano de 2006, a Venezuela passou de membro associado a membro efetivo do Bloco. Mas apesar do crescimento do Mercosul, os países-membros ainda pagam tarifas para vender seus produtos entre si. Assim, nem sequer uma zona de livre comércio, que seria a primeira etapa do processo de integração, está em pleno vigor.

O Senado é um personagem importante na história do Mercosul, pois uma das tarefas da Casa é votar acordos internacionais celebrados pelo governo brasileiro. E foi no Senado do Brasil que ocorreu a instalação do Parlamento do Mercosul no dia 14 de dezembro 2006.



CD 7

O funcionamento do Senado



Programa 42

As comissões parlamentares de inquérito

Uma das principais atividades do Congresso Nacional é a de fiscalização dos atos do Poder Executivo. Para isso, senadores e deputados têm à sua disposição as comissões parlamentares de inquérito, as famosas CPIs.

O poder de investigação por parte do Legislativo surgiu ainda na época do Império com a Constituição de 1824. Mas somente com a Constituição de 1934 é que esse poder do Parlamento brasileiro foi regulamentado com a criação das CPIs. Mas por causa do Estado Novo, decretado em 1937, os poderes de fiscalização do Congresso Nacional só vieram a ser realmente efetivos com a Constituição de 1946. Seu artigo 53 previa que a Câmara dos Deputados e o Senado poderiam criar comissões de inquérito sobre fato determinado.

Mas foi apenas nos anos 50 que as CPIs começaram a ter destaque dentro e fora do Congresso, com a comissão parlamentar de inquérito que investigou o suposto favorecimento do presidente Getúlio Vargas a Samuel Wainer, dono do Última Hora, único jornal que apoiava o governo.

A partir daí, várias CPIs fizeram história como a CPI do PC, que acabou levando ao impeachment de Fernando Collor, e a CPI do Judiciário, que resultou na cassação do senador Luiz Estevão.

Programa 43

O Plenário e as comissões permanentes

O Senado Federal tem dez comissões permanentes e cada uma tem um campo específico de atuação, definido pelo regimento da Casa. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por exemplo, tem a função de analisar todos os empréstimos externos e internos dos estados, municípios e da União. À CAE também cabe analisar as indicações de diretores para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e para o Banco Central.

O Senado tem também uma comissão que debate e examina propostas sobre trabalho, emprego, previdência, assistência social e saúde, assuntos que mexem com o dia-a-dia das pessoas. É a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que também analisa projetos que tratam da proteção à infância, à juventude, ao idoso e às pessoas com deficiência, além de propostas relacionadas ao meio ambiente.

Mas, e se surgir a suspeita de que um determinado projeto de lei fere a Constituição? Nesse caso, a proposta é encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Por ter a função de analisar a constitucionalidade dos projetos, a CCJ adquiriu uma importância fundamental dentro do Senado. Afinal, se não obedecer à Constituição, um projeto não pode virar lei. No entanto, todas as votações que passam pelas comissões são respaldadas pelo Plenário do Senado. Mesmo quando não há votação em Plenário, ou seja, quando o projeto é terminativo nas comissões, a proposta fica durante cinco dias úteis no Plenário para receber sugestões.

Programa 44

A estrutura do Senado brasileiro

O Senado brasileiro chega aos seus 180 anos com uma infra-estrutura que é referência para outros países do mundo. Órgãos importantes fazem parte dessa estrutura, como a Consultoria, que é responsável pela produção de pareceres, projetos de leis, pronunciamentos, estudos e notas técnicas explicativas sobre temas em discussão no Congresso. Há, também, a Taquigrafia, que registra os discursos, debates e votações que ocorrem no Senado. Já a área de informática é comandada pelo Prodasen, a Secretaria Especial de Informática do Senado, que atende uma rede com mais de cinco mil computadores.

Outro órgão importante é a Biblioteca, que completa 180 anos junto com o Senado e conta com um acervo de mais de 390 mil volumes. O Senado também publica livros e textos legislativos, tarefa desempenhada pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

A capacitação dos servidores dos legislativos federal, estadual e municipal fica a cargo do ILB, o Instituto Legislativo Brasileiro e, também, da Universidade do Legislativo e do Interlegis, que integra as diversas esferas do Poder Legislativo no Brasil.

Já o sistema de Comunicação Social tem quatro veículos: Rádio, Agência, Jornal e TV, que garantem a transparência das atividades dos senadores.

Mas o principal órgão da Casa é o Plenário, onde são tomadas decisões definitivas sobre projetos, propostas e requerimentos.

Programa 45

O exercício da presidência do Senado e as perspectivas para o futuro da instituição

O último programa da série "180 Anos do Senado Brasileiro" traz os depoimentos de sete homens que viveram a experiência de comandar a Câmara Alta: Petrônio Portella, presidente do Senado de 1971 a 1973, criou o Prodasen e chamava a atenção para a necessidade de resistir às pressões e manter o Congresso ativo durante o Regime Militar. Jarbas Passarinho, defensor dos militares, presidiu o Senado de 1981 a 1983. Ele defende que o Congresso debata um projeto de desenvolvimento para o País.

O afastamento do presidente Fernando Collor ocorreu quando Mauro Benevides ocupava a presidência (1991-1993). Benevides relata que o Parlamento não aceitou a renúncia de Collor como forma de escapar do processo de *impeachment*.

José Sarney, que por dois períodos esteve à frente do Senado (1995-1997 e 2003-2005), criou o sistema de comunicação da Casa, que foi fortalecido por Antônio Carlos Magalhães, presidente do Senado de 1997 a 2001.

Com a renúncia de Jáder Barbalho em 2001, Ramez Tebet assume a presidência do Senado e cria a Universidade do Legislativo. Finalmente, Renan Calheiros torna-se presidente do Senado em 2005, primeiro ano desde a Constituição de 88 em que as leis de autoria do Legislativo superam as de iniciativa do Executivo. Também é na gestão de Calheiros, reeleito presidente em 2007, que o Senado adquire maior visibilidade com o plano de transmissão em canal aberto do sinal da TV Senado nas capitais do País.



180 Anos do Senado Brasileiro: uma série de 45 programas que conta a história do Senado da Roma antiga aos dias atuais no Brasil

CD 1 | O Senado no Mundo: da origem em Roma aos dias atuais

CD 2 | O Senado no Brasil Imperial

CD 3 | O Senado durante a República Velha e a Era Vargas

CD 4 | O Senado e a Democracia de 1946 a 1964

CD 5 | O Senado durante o Regime Militar e o papel da Instituição na abertura política

CD 6 | O Brasil e o Senado depois da abertura democrática

CD 7 | O funcionamento do Senado

Mesa Diretora

Presidente: Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º Vice-Presidente: Tião Viana (PT-AC)

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias (PSDB-PR)

1º Secretário: Efraim Morais (PFL-PB)

2º Secretário: Gerson Camata (PMDB-ES)

3º Secretário: César Borges (PFL-BA)

4º Secretário: Magno Malta (PR-ES)

Diretor da Rádio Senado: Ivan Godoy

Secretário de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor-Geral: Agaciel da Silva Maia